

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.358.333 - SC  
(2018/0227406-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**EMBARGANTE** : **CARVANIO TRANSPORTES LTDA ME**  
**ADVOGADOS** : **SILVIO CESAR CENCI - SC018562**  
                  **GENIELI CRISTINA DE LUCCA**  
**EMBARGADO** : **LINDOMAR SANTOS DE SOUZA**  
**EMBARGADO** : **CAMILO FERNANDO DE MORAIS**  
**EMBARGADO** : **MARIANA CARNEIRO DE MORAIS**  
**ADVOGADOS** : **CARLOS DORIVAL HOMEM - SC001930**  
                  **MARISTELA HOMEM KLIPPERT - SC016068**  
                  **MARIANA KLIPPERT - SC034698**  
**INTERES.** : **HDI SEGUROS S.A**  
**ADVOGADO** : **MARCIO ALEXANDRE Malfatti - SC031041**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ART. 1.026, § 2º, DO NCPC. EMBARGOS REJEITADOS.

**DECISÃO**

CAMILO FERNANDO DE MORAIS e MARIANA CARNEIRO DE MORAIS (CAMILO e outra) promoveram ação de indenização por acidente de trânsito cumulada com danos materiais e morais por ato ilícito contra CARVANIO TRANSPORTES LTDA. ME (CARVANIO) e LINDOMAR SANTOS DE SOUZA (LINDOMAR), objetivando a condenação destes pelos danos sofridos em virtude de acidente causado por caminhão de propriedade da CARVANIO e conduzido por LINDOMAR, que ocasionou a morte de seu filho.

HDI SEGUROS S.A. (HDI) foi denunciada à lide pela CARVANIO, tendo sido o pedido deferido.

Em primeira instância, os pedidos foram julgados parcialmente procedente para (1) condenar CARVANIO e LINDOMAR, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos materiais, consistente nas despesas de funeral comprovadas no montante de R\$ 1.448,80 (um mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos), com correção monetária desde o evento danoso; (2) condenar CARVANIO e LINDOMAR, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos materiais, consistente no pagamento mensal aos autores da pensão alimentícia desde a

data em que a vítima, se estivesse viva, completaria 16 (dezesseis) anos de idade, equivalente a 2/3 do valor do salário mínimo vigente na ocasião da prolação da sentença, devidos e corrigidos monetariamente, mês a mês, desde 11/8/2011, até a data em que a vítima completaria 25 (vinte e cinco) anos; (3) condenar CARVANIO e LINDOMAR, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 100.00,00 (cem mil reais), sendo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada um dos autores, com correção monetária e juros; e, (4) condenar CARVANIO à constituição de capital que garanta o cumprimento da obrigação alimentar.

Como ficou reconhecida a sucumbência mínima de CAMILO e outra, CARVANIO e LINDOMAR foram condenados ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor total da condenação.

De igual forma, a lide secundária foi julgada procedente para estabelecer a responsabilidade da seguradora HDI pelo valor da indenização, até os limites da apólice, sem condenação em custas ou verba honorária.

Os embargos de declaração opostos por MARIANA CARNEIRO DE MORAIS foram acolhidos apenas para corrigir o dispositivo da sentença para fazer constar o marco inicial a idade de 14 (quatorze) anos o pagamento mensal aos autores da pensão alimentícia.

Os embargos de declaração opostos por HDI não foram acolhidos.

A apelação interposta por CAMILO e outra foi provida pelo Tribunal de origem para determinar que o pensionamento seja na proporção de 2/3 do salário mínimo, da data em que o menor completaria 16 (dezesseis) anos de idade e perdurar nessa proporção até a data em que viesse a alcançar 25 (vinte e cinco) anos de idade e, a partir daí, será devido 1/3 do salário mínimo até a data em que a vítima completaria 65 (sessenta e cinco) anos de idade. O apelo de HDI foi parcialmente provido para admitir a redução para 1/3 do salário mínimo a partir da data em que a vítima completasse 25 (vinte e cinco) anos até os 65 (sessenta e cinco) anos. No entanto, o recurso de apelação de CARVANIO não foi provido pelo Tribunal de origem, em acórdão que recebeu a seguinte ementa:

*APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. PARCIAL PROCEDÊNCIA EM PRIMEIRO GRAU. CONDUTOR DE CAMINHÃO QUE REALIZOU MANOBRA DE CONVERSÃO NA PISTA E OCASIONOU O ATROPELAMENTO DA AUTORA E DE SEU BEBÊ, QUE FAZIAM A TRAVESSIA, RESULTANDO NO FALECIMENTO DA CRIANÇA.*

*APELO DO RÉU. TESE CULPA EXCLUSIVA DA MÃE DA VÍTIMA AFASTADA. CULPA DO CONDUTOR EVIDENCIADA.*

*AUSÊNCIA DAS CAUTELAS NECESSÁRIAS. OBRIGAÇÃO DE REPARAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.*

*INSURGÊNCIA DA SEGURADORA. REDUÇÃO DO PENSIONAMENTO MENSAL EM FAVOR DOS GENITORES DA VÍTIMA. VIABILIDADE DE FIXAÇÃO NO VALOR CORRESPONDENTE A 1/3 DO SALÁRIO MÍNIMO DA DATA EM QUE A VÍTIMA ALCANÇARIA 25 (VINTE E CINCO) ANOS ATÉ O DIA EM QUE COMPLETARIA 65 (SESSENTA E CINCO) ANOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS EM 15% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO QUE DEVE CORRESPONDER AO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS, ACRESCIDA DA SOMA DAS PRESTAÇÕES VENCIDAS E DAS 12 PARCELAS VINCENDAS RELATIVAS À PENSÃO MENSAL. IMPOSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DO SEGURO DPVAT, PORQUANTO AUSENTE PROVA DO EFETIVO PAGAMENTO. DANO MORAL. PLEITO DE MINORAÇÃO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA ADEQUAÇÃO, DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. QUANTUM MANTIDO. JUROS DE MORA DEVIDOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54 DO STJ. ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA APÓLICE. VEDADA A INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*RECURSO DOS AUTORES. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS O MENSAL. ARBITRAMENTO EM 2/3 DO SALÁRIO MÍNIMO, DESDE A DATA EM QUE A VÍTIMA COMPLETARIA 16 ANOS DE IDADE, REDUZIDA PARA 1/3 NA DATA EM QUE COMPLETARIA 25 ANOS, ATÉ SEUS 65 ANOS. POSSIBILIDADE. VERBA ADVOCATÍCIA MANTIDA NO PERCENTUAL FIXADO. HONORÁRIOS RECURSAIS CABIMENTO. ART. 85, §11º DO NOVEL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ, fls. 490/491).*

Sobrevindo embargos de declaração opostos por HDI, foram acolhidos em acórdão assim ementado:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. e AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS POR ATO ILÍCITO. APONTADA EXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE EM RELAÇÃO AO TERMO INICIAL DOS CONSECUTÓRIOS LEGAIS INCIDENTES SOBRE A PENSÃO POR MORTE FIXADA. JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA QUE FLUEM A PARTIR DO VENCIMENTO DE CADA PARCELA, E NÃO DA DATA DO EVENTO DANOSO. DEFEITO*

*VERIFICADO E SANADO. .2 ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS (e-STJ, fl. 535).*

Após, CARVANIO apôs embargos de declaração que não foram conhecidos em razão de sua intempestividade (e-STJ, fls. 569/574).

Irresignada, CARVANIO interpôs recurso especial, fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, apontado dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 492, do NCPC, sustentando, em síntese, que a decisão do Tribunal de origem é *ultra petita*, tendo em vista a ausência de pedido para que o termo final da pensão mensal se desse na data em que a vítima completasse 65 anos.

O apelo nobre interposto por CARVANIO não foi admitido, pois os aclaratórios opostos foram rejeitados, em virtude de sua intempestividade, não tendo, assim, interrompido o prazo recursal para a interposição do apelo nobre.

Seguiu-se agravo em recurso especial interposto por CARVANIO que foi conhecido para não conhecer do apelo nobre, em decisão monocrática de minha relatoria, com amparo nos arts. 1.042, § 5º, do NCPC e 253 do RISTJ, nos termos da seguinte ementa:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO INDENIZATÓRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTEMPESTIVOS. NÃO INTERRUPTÃO DO PRAZO. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVOS. NÃO CONHECIMENTO (e-STJ, fl. 698).*

Nas razões dos presentes embargos de declaração, CARVANIO alegou haver omissão no julgado, porque não houve manifestação a respeito de matéria de ordem pública que diz respeito a existência de decisão *ultra petita*, já que ficou determinado o pensionamento de CAMILO e outra até a data em que a vítima completaria 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Não houve impugnação (e-STJ, fl. 714).

Intimado, CARVANIO insistiu no julgamento dos embargos (e-STJ, fls. 718 e 720/722).

É o relatório.

DECIDO.

Os embargos de declaração não comportam acolhimento.

De plano, vale pontuar que os presentes embargos de declaração foram opostos contra acórdão publicado na vigência do novo Código de Processo Civil, razão

pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Na hipótese dos autos, o apelo nobre interposto por CARVANIO foi considerado intempestivo, uma vez que os seus aclaratórios não foram conhecidos, em virtude de sua intempestividade.

Dessa forma, não houve a interrupção do prazo recursal para o manejo do recurso especial.

É contra esse acórdão o inconformismo agora manejado, que não merece acolhimento em virtude da ausência dos vícios previstos no art. 1.022 do NCPC.

O acórdão recorrido não foi obscuro, omissor, contraditório e tampouco apresentou erro material, tendo concluído que esta Corte Superior possui entendimento jurisprudencial de que a oposição dos embargos de declaração de forma intempestiva não interrompe o prazo para interposição de outros recursos.

Sobre o tema, seguem os precedentes:

**PROCESSO – CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. AÇÃO POPULAR. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO. NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO PELA INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MANIFESTAMENTE INCABÍVEIS.**

*I - A decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior. Por isso, em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, observam-se as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultra-atividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.*

*II - Os recorrentes poderiam ter apresentado seu recurso especial no prazo legal de quinze dias contados da publicação do acórdão. Em vez disso, preferiram confiar na interrupção do prazo recursal determinada pela oposição dos embargos de declaração pela outra parte.*

*III - Ocorre que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que os embargos de declaração não conhecidos não causam a interrupção dos prazos para os demais recursos. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp n. 731.747/MG, Rel.*

*Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 29/9/2015. No mesmo sentido: STJ, AgRg no REsp n. 1.367.534/DF, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 22/6/2015; AgInt no AREsp n. 1.210.621/MG, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 5/6/2018, DJe 8/6/2018; AgInt no AREsp n. 760.576/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 26/9/2017, DJe 29/9/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 1.026.988/RJ, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 20/6/2017, DJe 26/6/2017.*

*IV - Ressalte-se que o não conhecimento dos embargos de declaração opostos decorreu não apenas, nem primordialmente, da sua intempestividade, mas do equívoco registrado no despacho de fls. 369, proferido em 8/10/2015 e publicado em 14/10/2015, antes, portanto, da data de interposição do recurso especial (29/10/2015), razão pela qual não socorre aos recorrentes a alegação de que "não tinham como prever, a seu juízo, que os embargos de declaração não seriam conhecidos" (fl. 413).*

*V - Agravo interno improvido.*

(AgInt no REsp 1.708.777/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, Segunda Turma, j. 6/12/2018, DJe 12/12/2018 - sem destaques no original)

*PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO INTEMPESTIVO. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO. ARTIGO 1.021 C/C ARTIGO 1.070 DO CPC/2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO TIDOS POR INTEMPESTIVOS. NÃO INTERRUPTÃO DO PRAZO RECURSAL.*

*AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.*

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.210.988/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. 3/12/2018, DJe 07/12/2018)

*AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTEMPESTIVOS. INTERRUPTÃO DE PRAZO. INVIABILIDADE. AGRAVO INTERNO INTEMPESTIVO.*

*1. Os embargos de declaração, quando intempestivos, não interrompem o prazo para a interposição de qualquer outro recurso.*

*2. Agravo interno não conhecido.*

(AgInt nos EDcl no REsp 1.664.659/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 5/12/2017, DJe 19/12/2017 - sem destaque no original)

Ficou, ainda, registrado que os embargos de declaração opostos por uma das partes não tem o condão de interromper o prazo processual para oposição de aclaratórios pela outra parte contra o mesmo acórdão.

Dessa forma, em virtude da intempestividade do apelo nobre, inviável a apreciação de seu mérito.

Por oportuno, transcreve-se o seguinte trecho da decisão proferida:

*Ultrapassado o conhecimento do agravo, passa-se a análise do recurso especial que não merece ser conhecido.*

*Isso porque esta Corte Superior possui entendimento jurisprudencial de que a oposição dos embargos de declaração de forma intempestiva não interrompe o prazo para interposição de outros recursos.*

*A propósito, vejam-se os seguintes precedentes:*

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTEMPESTIVOS. INTERRUÇÃO DE PRAZO RECURSAL. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.**

*1. Caso em que o Tribunal de origem não conheceu do agravo de instrumento ante a intempestividade de anteriores embargos declaratórios, os quais não tiveram o condão de interromper o prazo para interposição de outros recursos.*

*2. Embora a agravante alegue que o nome do recurso foi equivocado (embargos de declaração ao invés de simples petição), de sua narrativa extrai-se que não se tratava de apontar um mero erro material, mas sim um ato judicial passível de ser impugnado (determinação de levantamento de valores), mas que não o foi no momento oportuno. Reconhecido pela instância ordinária que a recorrente foi intimada na ocasião, mas deixou de impugnar a decisão no devido prazo, não poderia, de fato, a Corte local apreciar o mérito do presente recurso.*

*3. Agravo regimental improvido.*

*(AgRg no AREsp 531.783/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 15/12/2015, DJe 3/2/2016 - sem destaque no original)*

**PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO DE TURMA DO STJ. ERRO GROSSEIRO. RECURSO INCABÍVEL. ACLARATÓRIOS. OPOSIÇÃO INTEMPESTIVA. NÃO INTERRUÇÃO DE PRAZOS. NÃO CONHECIMENTO.**

*1. O pedido de reconsideração, sem previsão legal no ordenamento jurídico, não pode ser recebido contra decisão*

*colegiada, pois configura erro grosseiro, inviabilizando a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.*

*2. Os embargos de declaração opostos, de forma intempestiva, não interrompem o prazo para interposição de outros recursos.*

*3. Pedido de reconsideração não conhecido.*

*(AgRg no REsp 1.480.354/MG, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 20/8/2015, DJe 31/8/2015 - sem destaque no original)*

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTEMPESTIVOS. NÃO INTERRUPTÃO DO PRAZO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ANTERIOR JULGAMENTO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. SÚMULA N. 83/STJ.**

*1. Ocorre a preclusão consumativa mesmo quanto a matéria de ordem pública que tenha sido objeto de anterior julgamento sem impugnação da parte.*

*2. A oposição dos embargos de declaração intempestivos não interrompe o prazo para interposição de outros recursos.*

*3. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no REsp 1.331.805/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, j. 9/12/2014, DJe 12/12/2014 - sem destaque no original)*

*Cumprе ressaltar que os embargos de declaração opostos por uma das partes não tem o condão de interromper o prazo processual para oposição de aclaratórios pela outra parte contra o mesmo acórdão.*

*A propósito:*

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. OPOSIÇÃO DE PRIMEIROS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO DA APELAÇÃO POR UMA PARTE. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS. SUBSEQUENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA QUE IMPUGNAM O ACÓRDÃO DA APELAÇÃO, E NÃO A DECISÃO QUE ACOLHEU OS ANTERIORES ACLARATÓRIOS. NÃO INTERRUPTÃO DE PRAZO PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. DECISÃO SINGULAR DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA NO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

*1."Consoante entendimento deste Tribunal, os embargos de declaração opostos por uma das partes não interrompem o prazo que a outra dispõe para apresentar os seus aclaratórios contra o mesmo acórdão" (EDcl nos EDcl nos EDcl na Rcl 18.565/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Segunda Seção, DJe de 18/8/2016).*



*2. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AgInt nos EDcl no Ag 1230194/SC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, DJe 27/2/2018)*

*Assim, reconhecida a intempestividade dos embargos de declaração opostos pela CARVANIO, não há falar em interrupção do prazo para os demais recursos cabíveis, razão pela qual o recurso especial por ela interposto encontra-se intempestivo e não pode ser conhecido.*

*Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.*

*MAJORO em 5% o valor dos honorários advocatícios fixados em desfavor da CARVANIO, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.*

*Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º) (e-STJ, fls. 700/703).*

Vale salientar que os embargos de declaração constituem recurso de estreitos limites processuais, somente sendo cabíveis nas hipóteses previstas no art. 1.022 do NCPC, ou seja, para sanar omissão, contradição, obscuridade ou corrigir erro material no acórdão, o que não ocorreu no caso presente.

A mera veiculação de inconformismo não é finalidade a que se prestam.

Nesse sentido, confirmam-se os precedentes:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA.**

**1. Rejeitam-se os embargos declaratórios quando, no acórdão embargado, não há nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.**

**2. Embargos de declaração rejeitados.**

*(EDcl no AgRg no AREsp 214.812/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, julgado em 19/5/2016, DJe 24/5/2016 - sem destaque no original)*

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.**

**1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código**

*de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso.*

*2. No caso dos autos não ocorre nenhuma das hipóteses previstas no artigo 1.022 do novo CPC, pois o acórdão embargado apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.*

[...]

*5. Embargos de declaração rejeitados.*

(EDcl no AgRg no AREsp 817.655/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 19/5/2016, DJe 27/5/2016 - sem destaques no original)

Em suma, a pretensão desborda das hipóteses de cabimento dos aclaratórios, previstas no art. 1.022 do NCPC.

Assim, considerando anterior advertência quanto à incidência das normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa, e verificado o caráter protelatório dos presentes embargos de declaração, condeno CARVANIO ao pagamento da multa de 2% sobre o valor atualizado da causa em favor de CAMILO e outro, nos termos do art. 1.026, § 2º, do NCPC.

Nessas condições, **REJEITO** os embargos de declaração, com aplicação de multa.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator